

Entrevista com o geógrafo Ariovaldo Umbelino Oliveira

Neste momento em que a reforma agrária no Brasil é colocada na agenda política pela luta dos camponeses nos movimentos sociais, temos a satisfação de publicar neste número especial do Espaço Plural entrevista com o professor Dr. Ariovaldo Umbelino Oliveira da USP - Universidade de São Paulo. A entrevista foi concedida a professores da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon, quando ali esteve por ocasião da comemoração do Dia do Geógrafo (29 de maio). O professor Ariovaldo é um dos mais importantes estudiosos da questão agrária no Brasil e possui vasta obra publicada em livros, revistas, jornais, etc. Participou da equipe que elaborou o Plano Nacional de Reforma Agrária do governo Lula, em 2003. O professor Ariovaldo não tem apenas destaque e reconhecimento acadêmico/universitário pela importante contribuição dada à interpretação do campo agrário brasileiro. Ele tem também o reconhecimento dos camponeses e dos movimentos sociais em vista dos compromissos assumidos com este segmento da sociedade. Neste sentido, faz encontrar de uma forma muito singular o debate acadêmico realizado principalmente no âmbito da universidade sobre a vida e o cotidiano dos camponeses, num entrelaçamento entre a teoria e a prática.

Entrevistadores:

Professores Davi Félix Schreiner, João Edmilson Fabrini e Flaviana Gasparotti Nunes.

Professor Ariovaldo, ontem, 29 de maio, comemoramos o Dia do Geógrafo. Como o Senhor entende a importância do geógrafo e da geografia atualmente na construção de uma sociedade mais democrática, mais justa... Como a Geografia se encaixa nisso?

A Geografia, como outras áreas do conhecimento, tem uma trajetória que decorre das diferentes concepções teórico-metodológicas. Na realidade, a Geografia se compôs no meio universitário como uma área de conhecimento voltada para questões que interessam à sociedade. É evidente, se tomarmos no Brasil, por exemplo, quando Pierre Monbeig, fez sua pesquisa sobre o processo de ocupação do oeste de São Paulo, na realidade ele estava contribuindo para o conhecimento sobre a ocupação do oeste de São Paulo e, portanto, prestava “um serviço à sociedade naquele instante”. Então, é evidente que essa ligação da Geografia com o Estado, a ligação da Geografia com os interesses, desejos e vontades das classes dominantes, ela é igual a todas as áreas!

Mas, de qualquer maneira, a tradição da Geografia no Brasil foi sempre ligada ao IBGE, ao surgimento do IBGE, na década de 30, como um centro de produção do conhecimento geográfico colado ao serviço do Estado. Isso fez com que o IBGE exercesse uma função, uma influência muito grande do ponto de vista do desenvolvimento das pesquisas. Eu me lembro do meu tempo de estudante no final da década de 60, os professores sempre diziam: “nós temos, vocês têm que ler o que está sendo publicado, ou no Boletim Geográfico, ou na Revista Brasileira de Geografia, porque lá está a pesquisa de ponta em geografia!”.

Há um deslocamento em relação a outras áreas do conhecimento, sobretudo a Economia, que foi hegemônica no Governo Militar e na década de 80 em função dos planos econômicos. Também por causa disso, a Geografia no IBGE entra num processo de decadência. Na minha avaliação, em decorrência do fato dos grandes mestres, que lá existiram, não formaram gerações pra substituí-los, e evidentemente, por razões que só eles podem explicar, mas não formaram as gerações que viriam substituí-los. Isto fez com que o IBGE fosse deixando de ser o centro criador primeiro da pesquisa em geografia. Este eixo, na década de 80, passa para universidade, e os cursos de pós-graduação vão se tornar os grandes centros produtores do chamado conhecimento novo. E estes centros de pós-graduação vão simultaneamente, abrir essa perspectiva nova, de se vincular aos setores dos menos favorecidos da sociedade brasileira. E é esta feliz coincidência entre uma nova hegemonia, do ponto de vista da criação científica, desenvolvida por estes centros de pós-graduação, que vai permitir esta Geografia comprometida com estes setores menos abastados da sociedade, que ela se desenvolva e ganhe projeção. Eu penso que isto é importante, mas esse período também coincide com a possibilidade da Geografia encontrar novos recortes teóricos metodológicos que permitiram, engrandecer e diversificar as correntes de pensamento no interior da produção acadêmica de Geografia. É claro que o reflexo, do ponto de vista do exercício da



profissão, foi imediato. Eu penso que hoje nós estamos vivendo um período em que além do papel social dos geógrafos que estudam os movimentos sociais, os movimentos sindicais, dos colegas que trabalham na geografia física, a questão ambiental. Eu gosto sempre de citar as pesquisas que a colega Dirce Suertegaray faz, sobre a arenização nas áreas agrícolas do Oeste do Rio Grande do Sul. São de valia fundamental neste embate que esta havendo no Rio Grande do Sul em função da expansão, do plantio de florestas homogêneas. A Dirce também está lá; ela e o colega Roberto Verдум, desempenhando um papel fundamental. Mostrando que na realidade, não vai ser tão simples estas indústrias realizarem esse plantio das florestas homogêneas.

Ao mesmo tempo, toda área do conhecimento, também temos o oposto. Eu tenho uma prática, no meu curso de agrária, e num dos trabalhos de campo levava meus alunos para o Vale do Ribeira, para que eles tivessem contato com os remanescentes do quilombo. Daí num dos meus trabalhos de campo, eu chego lá, conversando com as lideranças, o Ditão, ele disse: “olha professor, o senhor tá aqui e a gente vai conversa com o senhor, mas o certo era a gente nem dar confiança para vocês da Geografia!”. Então, aí eu falei, mas o que é que esta acontecendo Ditão? Ele falou: “Mas o senhor não tá sabendo? Os geógrafos da USP fizeram um laudo para o Antonio Ermírio de Moraes, para construir as barragens lá no Vale do Ribeira, dizendo que as barragens não impactam as comunidades. Seu departamento Professor!” Conclusão: nós tivemos que promover lá no departamento um debate com os colegas que defendiam esta posição. Outro caso também que ficou famoso recentemente, de colegas com posições diferenciadas, ocorreu pela questão da hidrovia do Araguaia-Tocantins. Uma parte dos colegas da Universidade Federal de Goiás defendia a hidrovia, dizendo que ela não tinha risco nenhum do ponto de vista ambiental. Aí precisou outros geógrafos contestarem. Então, a Geografia como as outras áreas do conhecimento, tem na realidade, do ponto de vista ideológico, as duas posições básicas. Aqueles que estão desenvolvendo uma ciência comprometida socialmente e aqueles que tem uma ciência, que eles dizem neutra, que eles dizem que não está comprometida socialmente, mas de fato está com a outra parte da sociedade!

Prof. Ariovaldo, a partir destes diferentes recortes, das diferentes temáticas que a Geografia passou a trabalhar num determinado momento desta trajetória e considerando seu referencial teórico, que interpretação do campo e da questão agrária pode ser feita? Que contribuição a Geografia pode dar na interpretação do campo brasileiro?

Nós participamos de um esforço que é maior do que o esforço que fazemos na Geografia. Eu mesmo sou cioso em sempre dizer que a matriz teórica que eu tenho ajudado a construir é uma matriz teórica que não fui eu que inventei. Eu sempre insisto em dizer que essa visão de entender o território como centro do processo investigativo na geografia deriva da

convicção que eu adquiri dos estudos do José de Souza Martins a respeito da questão agrária brasileira, que derivam dos estudos do Shanin, do Chayanov, formulados na Europa. Não se trata de uma coisa exclusiva da Geografia. É uma nova corrente de pensamento que vai ao contrário, no interior do marxismo, da corrente que vem de Marx para Lênin e que abandona a propriedade privada da terra, como instrumento investigativo. E na medida em que, como geógrafos, nós vamos trabalhar com a questão da propriedade privada da terra, a questão do território se põe de forma primeira. Então, o esforço é na tentativa de ajudarmos a construir uma teoria do território, para compreender a sociedade. É uma teoria do território que não vai ser exclusiva da Geografia, mesmo porque ela não está sendo formulada exclusivamente no âmbito da geografia. É preciso a gente insistir sempre nessa contribuição que vem do José de Souza Martins. A herança marxista-leninista é uma herança que compreende a agricultura por um caminho único, ou seja, traz a hegemonia das relações propriamente ditas capitalistas no meio rural. Esse processo histórico não se fez porque Marx e Lênin erraram nas suas previsões. Ela não se fez porque o capitalismo também é dinâmico e encontrou novas formas de se desenvolver e de resolver essa contradição entre a reprodução ampliada do capital e a questão da propriedade privada da terra. Eu sempre digo, é no Kautsky que a gente encontra, na questão agrária do Kautsky, o primeiro texto que vai dizer que o capital também pode se reproduzir no campo, não atuando como produtor específico das mercadorias, mas como controlador da especulação das mercadorias. José de Souza Martins pega essa formulação, a do Lênin, Kautsky, Rosa Luxemburgo, da acumulação do capital, Ele diz assim: há dois processos, um que a produção controla a circulação, isso está no “O Cativo da Terra”, e outro, que a circulação controla a produção, ou seja, um páreo invertido, Eu peguei essa proposta que o Martins formulou no plano econômico e falei, vamos fazer essa leitura na ótica da Geografia. Eu disse: quando a produção controla a circulação o que nós temos é uma *territorialização do capital*, ou seja, ele controla totalmente a propriedade. Na cultura canavieira isto é típico. Quero dizer que o capitalista da agricultura que produz a cana e o capitalista da indústria que produz o açúcar ou álcool se funde. Nessas áreas, não há lugar para os trabalhadores. Os trabalhadores são escorraçados. Até as cidades têm que pedir licença a usina para crescer, pois está cercada pelo canal e a expansão urbana fica em decorrência da usina lotear uma parte das terras. Às vezes a realidade é mais cruel como na região de Ribeirão Preto, em que a mão-de-obra dos cortadores de cana já não vem nem da região. Eles são arrematados no Vale do Jequitinhonha, na Zona da Mata do Nordeste e trabalham temporariamente e depois voltam para as suas áreas de origem. Essa realidade é comandada por este caminho do capitalismo onde há relação de trabalho assalariado, avanço tecnológico, etc... Mas, há outro caminho de interpretação em que os grandes grupos econômicos se concentram na circulação. Eu peguei esse caminho do Martins e disse: bom, mas aqui, do ponto de vista da Geografia o que nós temos é um *monopólio do território* pelos grandes grupos empresariais. Então, nessa situação, os camponeses não são desterritorializados e o campo não se esvazia. As chamadas relações de subsunção, ou se preferir, as relações de subordinação vão ser estabelecidas e cria-se mecanismos de controle do processo produtivo. Portanto, do ponto de vista da lógica de reprodução capitalista, há lugar para reforma agrária, O próprio capital tem interesses em políticas da reforma agrária! Porque evidentemente estes setores, que operam por este segundo mecanismo, vivem exatamente da existência dos pequenos agricultores. Eu costumo sempre brincar, Se a Sadia ou a Perdigão matassem os camponeses, elas não teriam a galinha dos ovos de ouro.

Professor, já que falou em reforma agrária, você que participou da elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária do Governo Lula, como você vê isso daí? Está sendo implantada a reforma agrária? Se partir da idéia que a reforma agrária anda a passos lentos, como que ficam os movimentos diante do governo Lula? Parece-me que os movimentos são simpáticos, sobretudo o MST, ao governo Lula?

Eu ouvi lá no Piauí, recentemente, de um agricultor ligado aos movimentos sociais, ao MST, aliás, eu ouvi duas frases que são curiosas. Uma delas é assim: “É... professor, tá ruim mais tá bom!”, e a outra frase foi a seguinte: “Mas professor, ruim com o Lula, pior sem o Lula!”. Então, são duas frases que, significam de forma singela, que a população está se situando politicamente neste momento que nós estamos vivendo.

Em primeiro lugar, a questão da reforma agrária. Por que o Lula não realiza a reforma agrária, pois todos nós achávamos que ele iria realizar? Bom, primeiro, é o chamado núcleo duro do poder não está mais lá no poder, Zé Dirceu, Genoíno, o próprio Rosseto... Os companheiros da CUT, eles têm uma visão de que a reforma agrária não é mais necessária e que historicamente já passou o tempo da reforma agrária como alternativa de política de desenvolvimento econômico. E evidentemente, o intelectual que mais tem escrito sobre esta tese é José Graziano da Silva, que foi o principal assessor do Lula para políticas que interessam ao campo. Não existia vontade de fazer um plano de reforma agrária. Pelo contrário, a reforma agrária é um dos itens do plano “fome zero”. Portanto, uma política ligada e submetida a uma maior, que

seria o combate à fome. Não porque a reforma agrária produziria os alimentos para combater a fome, absolutamente. O colega Graziano tem uma visão de que quem vai produzir a comida são os grandes, embora todos os levantamentos estatísticos dizem o contrário. Por isso, condicionou a política de reforma agrária à política do “fome zero”. Então, veja, já não havia na origem uma vontade política de fazer a reforma agrária! A verdade é essa!

Quem é que pressiona para ter o plano de reforma agrária? Os movimentos sociais! Assim, só em agosto de 2003, é que foi formado o grupo para preparar o plano. A equipe que fez o plano, pautou-se pela ação política dos movimentos sociais que defendia uma reforma agrária massiva, ampla, geral. Por isso fizemos a proposta de um milhão de famílias assentadas. Um milhão nasceu da relação entre o número de inscritos no programa de reforma agrária virtual do Fernando Henrique Cardoso, a reforma agrária do Correio, que só aconteceu na televisão e, o número que o censo dos acampados. Um número em torno de 173 mil famílias de acampados e o do Correio que dizia que tinha 830 mil famílias inscritas. Mas imediatamente a equipe do Rosseto se colocou contra. Quem disse que um milhão é muito foi o Rosseto, ou seja, a Democracia Socialista da qual o Rosseto pertence também tem a concepção de que a reforma agrária não é importante! Então, a reforma agrária foi minada por dentro, ou seja, se quem tem que fazer não acredita, a tendência foi acontecer o que aconteceu!

Mas há um lado que eu acho mais complicado. Vou insistir que é preciso denunciar a posição pouco ética desses nossos colegas da democracia socialista que estão no Ministério do Desenvolvimento Agrário. Eles passaram a sonegar informações sobre a reforma agrária. Passaram a deturpar os dados sobre a reforma agrária. É isso que eu acho mais terrível e que precisa ser denunciado! Quando se fez a divulgação dos números de famílias assentadas em 2005, o Rosseto anunciou 127 mil famílias assentadas imediatamente o MST soltou uma nota dizendo, não é verdade! Por quê? As famílias estão todas nos acampamentos! Então, “como é que você assentou tudo isso? Onde é que estão assentados?” Aí o Ministério, soltou uma nota também, fazendo uma crítica forte ao MST e disse: “vou divulgar a lista dos assentados!” E pôs na Internet a lista de dezoito mil páginas. Eu comecei olhar a lista e encontrei no Maranhão, como assentamento do governo Lula, um projeto de colonização do Getúlio Vargas de 1942, como número da reforma agrária do Lula! Quer dizer, esse número não é sério! Encontramos aqui no Paraná, em função dessa barragem hidroelétrica que está sendo construída, os reassentados, como se fosse reforma agrária! No Pará, encontro lá 3.500 famílias de uma reserva extrativista que estava cadastrada como reforma agrária do governo Lula. Têm remanescentes de quilombo no município de Juriti do Pará com três mil e poucas famílias de remanescentes de quilombo que tiveram seus direitos reconhecidos como assentamentos do governo Lula. Evidentemente, é obrigação nossa denunciar esse tipo de manipulação dos dados. Tivemos que recorrer ao Bernardo Mançano do NERA, que faz um trabalho sistemático dos dados da reforma agrária. Um “expurgo” mostrou para 2005, que se comparados aos 127 mil que o Governo anunciou, reforma agrária mesmo, são somente 40 mil famílias! Como o governo não cumpriu as metas, passou a usar deste subterfúgio para dizer que cumpriu a meta. Nosso papel de intelectual é denunciar esse tipo de manipulação. É lamentável que isto aconteça no governo que dizem respeitar a autonomia dos movimentos sociais!

Do ponto de vista dos movimentos sociais a questão é mais complicada porque uma parte dos movimentos sociais caiu numa nova palavra mágica inventada pelo governo Lula! “Reforma agrária de qualidade”, É possível que daqui um pouco tenha uma ISO para medir a qualidade da reforma agrária. Na realidade, toda a reforma agrária tem que ter qualidade! Nessa expressão da reforma agrária de qualidade enfiaram todos os atos de regularização fundiária, reordenação fundiária e de reassentamento fundiário. Na realidade, nós e os movimentos sociais vamos ter que fazer, refazer a discussão sobre o que é a concepção de reforma agrária que eles defendem.

Mais grave do que isso é o entendimento, cada vez mais forte, sobretudo no interior do MST, de que a luta pela terra não é mais uma coisa fundante no processo todo. Que a luta tem que ser mais ampla, tem que ser uma luta contra os grandes grupos econômicos. É evidente que o MST acerta na tese! Mas do ponto de vista da mobilização das pessoas, o que mobiliza os camponeses não é a luta contra o grupo multinacional, mas o fato dele não ter o pedaço de terra, ou seja, esse ideal utópico de ter acesso a esse pedaço de terra. Então, os movimentos sociais também vão ter que refazer, rediscutir sua posição.

Sabe-se que a reforma agrária é proveniente das lutas nos movimentos sociais. Até o Plano, você nos colocou, há uma participação importante dos movimentos. Assim, existe possibilidade de se alcançar conquistas em termos de benefícios aos camponeses fora dos movimentos sociais? Aqui nós temos, por exemplo, os brasiguaios que vão para o Paraguai, retornam, depois voltam, um sujeito meio errante. Este sujeito não está organizado num movimento. Não tem alternativa para esse sujeito fora dos movimentos?

Os movimentos sociais interpretaram que nos governos anteriores eles tinham que travar uma luta. É a história da conquista da reforma agrária no Brasil. Governo nenhum no Brasil fez plano para fazer a reforma agrária. Nem o Sarney fez um plano para fazer a reforma agrária, Fernando Henrique foi para o governo sem um plano. Como disse o Jungmann, “dois massacres me fizeram ministro!” Ele usa sempre essa expressão. “Dezenove cadáveres me tornaram ministro!”, referindo-se a Carajás. Nós nunca tivemos uma política governamental de reforma agrária como política de promoção do desenvolvimento econômico, social e político do país.

Avaliando esta questão, tenho discutido com as lideranças dos movimentos sociais o seguinte ponto: num eventual segundo governo do Lula, não dá mais para acreditar, não dá mais para passar um cheque em branco. Por quê? Aqueles que vão ser escolhidos, não querem fazer, teórica, política e ideologicamente. Não acreditam na reforma agrária! Eu sou partidário de que são os movimentos sociais que têm que tomar aquele ministério! Eu vou usar a expressão forte, tomar o ministério (Ministério do Desenvolvimento Agrário) O agronegócio tomou o Ministério da Agricultura e de lá não abrem mão enquanto não conquistam do governo as suas reivindicações. Como neste recente episódio das manifestações dos agricultores pelo Brasil todo.

Os movimentos sociais não podem mais achar que só fazendo a pressão política eles vão conseguir a reforma agrária. Esse processo pode um dia se esgotar do ponto de vista da sua possibilidade histórica. É preciso pensar que tem que ser parte do governo. Essa tese dá calafrio em muitas lideranças dos movimentos sociais. Eu acredito, quando este setor ocupar de fato uma fatia do governo com retaguarda política é possível a reforma agrária. A Ministra Marina Silva não foi derrubada. Por mais pressão que ela tenha sofrido, o Lula sustentou a Marina. Tem que ser algo parecido e aí é possível pensar num programa nacional efetivo de reforma agrária.

Não são somente os brasiguaios que a gente tem que olhar. É importante, tem que cuidar sim, mas tem também os que estão na Bolívia, os brasileiros. É preciso também olhar para eles, pois se calcula entre 20 e 30 mil brasileiros no Departamento do Pando, na divisa com o Acre. Há, setores migrantes no sul da Venezuela, na divisa lá com Roraima. E na Guiana, por exemplo, uma parcela da população pobre da Guiana migra para Rio Branco. Eu quando lá estive, levei um susto! Me, hospedei na casa de uma professora da Universidade Federal que foi minha aluna em São Paulo e a ela falando em inglês com a empregada doméstica e não entendi nada. Quem trabalha de empregada doméstica em Boa Vista, são as populações da Guiana. Isso quer dizer que as relações na área de fronteira são cada vez mais tensas. Fato semelhante tem no Amapá, Guiana Francesa e teremos que olhar isso. Mas temos que olhar também, a questão da terra dos ribeirinhos da Bacia Amazônica, etc. Há uma diversidade grande. A idéia de reforma agrária no semi-árido nordestino tem que ser revista. Não dá mais para ser aqueles projetos de irrigação! Aquelas coisas que mobilizam uma quantidade enorme de dinheiro e que dali a pouco está o solo todo salinizado sem poder desenvolver, continuar fazendo agricultura!

Para isso tem que ter um setor que pense nacionalmente as possibilidades econômicas de um projeto de reforma agrária. Tem que acreditar, teórica, histórica, política e ideologicamente na reforma agrária! Acho que também é importante dizer que é preciso, investirmos em pesquisas que revelem, quem é quem na agricultura brasileira. Não é mais possível que a gente faça as teses, baseada nos clássicos e que não revelem o mundo real de hoje, que seja só a reprodução discursiva da posição dos clássicos. Eles são importantes, continuarão sendo, mas nós temos que desvendar o mundo real que aí está nas nossas pesquisas. Tem que desvendar, inclusive, os equívocos que os companheiros têm nos movimentos sociais. Um dos equívocos que eu entendo delicado, essa visão de que o processo de politização não tem fim nos movimentos sociais. Quer dizer é uma “rosca sem-fim”. Quero pensar na luta pela terra e já a revolução socialista, comunista. Então, eu acho que o movimento social tem que pensar no ponto de vista do seu futuro e da revolução. Mas, a partir daí julgar que este camponês, que está lutando por terra, é esse sujeito social revolucionário, vai uma diferença muito grande.

Prof. Arioaldo, você tem um forte vínculo com os movimentos sociais, seja do ponto de vista do trabalho que desenvolve, da crítica, produção acadêmica, opção política. Mas tu tens também um forte vínculo também com a luta na universidade, pois fizestes a universidade uma trincheira de luta. Neste sentido, gostaria, que avaliasse as ações do governo Lula que adotou programas que favorecem grupos privados, empresariais, como Pró-Uni, ou as cotas, que são bastante polêmicas. Mas, por outro lado também cria novas universidades e abre concurso nas federais.

A política educacional e a política universitária do governo Lula são uma política complicada e não foi à toa que tivemos vários ministros da educação. O meio universitário não foi capaz de formular autonomamente um projeto e apresentar ao governo Lula. Nós universitários não nos preocupamos e até muitos de nós acha que está tudo bem nas universidades do ponto de vista da estrutura do seu funcionamento. Resolvemos abstrair que a universidade que temos hoje é derivada da reforma dos Militares de 1969. E essa reforma universitária de 1969 assentou na meritocracia toda a sua estrutura, desde a estrutura de poder, até a estrutura da sua relação com a sociedade. Evidentemente que este modelo de universidade tem que ser questionado mais cedo ou mais tarde por nossos movimentos, associações de representação. Teríamos que ter feito uma discussão mais forte sobre o modelo de universidade que nós temos. Não tenho dúvida nenhuma, que ele é um modelo extremamente elitista e hoje, os que estudam no Ensino Fundamental e Ensino Médio nas escolas privadas vão fazer a universidade na escola pública. Essa é a realidade e nem os cursos de Filosofia, faculdades de filosofia, que tradicionalmente tinha parte da população pobre, está mudando.

O segundo modelo é o vínculo entre o exercício profissional na universidade e o exercício privado das diferentes profissões. No setor de medicina, a universidade é utilizada para formar equipes, fazer a pesquisa e ganhar dinheiro fora. Aí vão ter controle dos bancos de órgãos. O último grande escândalo em São Paulo envolveu o banco de fígados que foi levado para o Hospital Albert Einstein. Então, tudo o que se tinha feito de trabalho dentro da USP foi embora para o Albert Einstein e virou objeto de apropriação privada. Então, nós temos que rever esse modelo de universidade que não atende aos interesses da sociedade brasileira.

Quais seriam os pilares de uma proposta de universidade? Primeiro, eu sou da posição radical: a universidade pública tem que ser destinada aos alunos de escola pública! Ponto final. Se você não estabelecer esta radicalidade “Ah, mas não teremos mais pesquisas de ponta nas universidades públicas!” Paciência, que as pesquisas de ponta sejam feitas na universidade privada! Mesmo porque, eles têm o objetivo é de apropriação privada e não vira nada em benefício do público! Semelhante ao que a Argentina fez, mas com um pouquinho de diferença. Muito próximo daquilo que se fez no México, ou seja, criar, uma estrutura de ensino universitário aberto à maior parte da população. Para isso, tem que abolir o vestibular! Tem que minar a estrutura da meritocracia porque se você não destruir isso vamos ficar nessa divagação.

Então, nas universidades, o governo Lula fez uma política de meio, de “meia boca”, ou seja, ele acendeu uma vela a Deus e a outra ao diabo e criou o Prouni que atendeu as escolas privadas e criou os 50% de cota para atender a outra parte. Acho ridícula a posição da USP que no último conselho universitário aprovou que vai melhorar a pontuação dos candidatos que passaram pelos processos do ENEM. Aliás, a USP será a última universidade a se democratizar nesse País porque lá é o centro do pensamento universitário brasileiro. Eu sou de lá e tenho consciência dessa questão. Então, na realidade, serão as universidades federais que terão a oportunidade histórica de experimentar o caminho novo e mostrar que não é verdade que a meritocracia é um caminho para o desenvolvimento do conhecimento e da ciência.

Prof. Arioaldo, considerando o papel da universidade pública na sociedade contemporânea essa relação entre público/privado e as ações do governo Lula. Qual é o cenário que poderia, vamos dizer, se antever, para os próximos anos em relação à universidade pública?

Eu sou de uma geração que ingressou na universidade em 1967 e nós tivemos pela primeira vez, os chamados excedentes. Como o vestibular era habilitação, ou seja, você tinha que ter nota cinco para entrar na universidade e a universidade punha um número determinado de vagas. Os que tinham nota cinco eram maior do que o número de vagas e então criaram excedentes. O que é eles fizeram? Eles acamparam na frente da faculdade. O que fez o diretor da faculdade? Foi na reitoria e brigou para aumentar o número de vagas e mais professores. E esse é um processo que as universidades têm que entrar. Eu não tenho medo daquilo que se chama, massificação das universidades! Nós somos um País de 180 milhões de habitantes e não temos o direito de achar, continuar achando, que o acesso à universidade tem que se fazer para uma parcela pequena da população. Claro que eu não vou adotar, endossar uma política que botar 200 alunos uma sala de aula! Então, para isso tem que contratar mais professores. Há uma máxima daqueles que defendem a meritocracia como caminho de que existe um processo seletivo na inteligência humana. Neste processo seletivo, tem uns que são mais gênios do que outros e, portanto, a universidade tem que acolher

estes geniozinhos. Eu sempre rebato este argumento dizendo o seguinte: a universidade tem que acolher a todos! Porque achar que só alguns poderão ser cientistas brilhantes. É uma premissa extremamente delicada e discriminatória.

A Faculdade de Medicina da USP, em função do Hospital das Clínicas, precisa dos seus alunos para trabalhar como residentes e atender essa massa humana que aflui para este hospital. O processo seletivo seleciona os ditos melhores alunos e esses melhores alunos chegam lá e não têm estrutura psicológica para enfrentar um atendimento nas unidades de choque, atendimento nas unidades de pronto socorro! Então, o que está acontecendo? A USP tem que contratar médicos formados em outras escolas pra ir lá trabalhar. Isto é um indicativo que o vestibular não está selecionando o melhor aluno, ou seja, o fato de ele ser portador de conhecimento não lhe dá a condição de intelectual, de cientista e de pesquisador, automaticamente.

Acho que nós temos que batalhar para um processo de democratização e tive mais certeza disso no envolvimento com os movimentos sociais, quando eu ouvi pela primeira vez uma liderança importante do MST dizer que, tem três latifúndios no Brasil, e um deles é o latifúndio do saber, que precisa ser democratizado. Agora, acho complicado, quando a gente fica esperando do Estado! Eu acho que nós, membros das universidades, tínhamos que fazer um movimento urgente para rediscutir a estrutura da universidade que nós queremos! Por exemplo, está hoje em discussão a formação dos chamados cursos de pós-graduação por parte da Capes. O primeiro presidente da Capes no governo Lula tinha uma visão completamente diferente do atual. Esse, o atual, é um professor que vem desta corrente elitista, é da meritocracia. O anterior tinha uma visão mais aberta, para criar esse processo de democratização dos cursos de mestrado. O curso tem que ser credenciado se ele tem condição de formar mestres e doutores, ponto final, E por que é que tem que dar nota? A nota tem outros interesses que é o controle das verbas! Para verbas que vão a determinados centros e não vão pra outros. Por exemplo, lá na Capes o dinheiro dos programas, só vão para os programas 6 e 7. Acho que nós temos que fazer uma proposta, porque a proposta quando vem de governo, e governo nenhum quer o bem geral da sociedade... Eu aprendi no tempo de estudante que quando a gente quer conhecer uma pessoa, a gente dá a ela o poder, porque aí se sabe quem ela é. Eu sou da geração que ajudou a construir o Partido dos Trabalhadores. Julgava que chegando lá, poderíamos ter um conjunto de ações de natureza política diferenciada. E o que está acontecendo? Exatamente o oposto daquilo que nós pleiteávamos quando fundamos o PT. Então, penso que a sociedade civil tem que começar a criar canais novos como os movimentos sociais criaram e passaram a pressionar os governantes. Eu me simpatizo muito com a visão dos zapatistas que têm exatamente esta postura, de fazer política revolucionária é fazer política de pressão sobre os governantes.



Prof. Ariovaldo, por fim, a gente gostaria de perguntar como você, diante de todo esse contexto da universidade, do ensino superior público, escola pública de uma forma geral, como você avalia a Geografia ensinada? Este tipo de conhecimento tem despertado interesse por parte da sociedade? A maneira como isto está sendo ensinado, trabalhado, tem despertado para uma valorização do conhecimento geográfico, ou talvez o problema esteja na formação destas pessoas que estão trabalhando com isto?

A Geografia, como em todas as áreas das ciências humanas tem suas contradições. Eu teria cautela em fazer qualquer avaliação de caráter geral e dizer, este caminho que a chamada Geografia Crítica seguiu atende de forma expressiva a todos os setores. Não é verdade! Lá em São Paulo, na USP, tem um grupo forte de estudo de Geografia Urbana e de vez em quando vejo as publicações do Simpósio de Geografia Urbana. Constatado que não tem ninguém estudando os movimentos sociais urbanos! Ninguém! O que quer dizer isso? São os maiores entendidos em Marx, em Lefebvre, Castells, Harvey e os movimentos sociais que estão aí na cidade não aparecem nos estudos deles. Isso para falar naqueles que estão do nosso lado.

Eu não vou defender, jamais, uma posição única na ciência! Eu acho que a ciência que escolhe o caminho único perde a sua vitalidade. O meu princípio é este, da aceitação tácita, da multiplicidade de correntes, do embate teórico. Então eu não espero que a ciência vá toda para um lado só. Porque daí vira uma escola e pode ir à direção do dogmatismo como acontecia na década de 70 com relação à chamada Geografia Quantitativa, que achava que era só aquilo e acabou. Neste particular, nós temos que ser zelosos para que o desenvolvimento das pesquisas, em quaisquer que sejam as correntes escolhidas, tenham que ser, pesquisas com coerência, consistência. É isso que eu defendo! Quer dizer, você quer fazer Geografia baseada no Positivismo Clássico? Faça! Mas faça com competência, ou seja, faça um estudo que lega para o futuro possibilidades analíticas da sociedade numa determinada ótica. Uma parte da crise que nós vivemos, não é uma crise por conta da multiplicidade, é uma crise de competência! Quer dizer, na realidade, uma parte significativa dos estudos não poderia ter se constituídos em teses e dissertações. Por quê? Porque eles não têm as condições mínimas, do ponto de vista metódico, de ser classificados como tal. E isso, às vezes fere o orientador, que não zela por estes aspectos na investigação. Então, ao mesmo tempo, passa a ridicularizar aqueles que zelam neste sentido. Nós temos que ficar atentos a esse respeito, a esse chamado rigor metódico da pesquisa, porque é que ele vai garantir um status de respeitabilidade da Geografia perante as outras ciências. Nós passamos a ser respeitados pelas outras áreas do conhecimento, por quê? Fizemos investigações profundas metodicamente que não são capazes de serem destruídas do ponto de vista de uma crítica mais contundente. Por isso que passaram a ser respeitados, não porque fazemos “a geografia crítica”, mas porque a investigação na realidade, se faz de forma competente, séria, profunda.

Se nós vamos conseguir colar isso, este conhecimento novo, na sociedade, vai depender do nosso esforço militante. Eu acho terrível o colega que vai lá no grupo social determinado, investiga o grupo social “seriamente” em profundidade, metodicamente, faz a tese, depois nunca devolve nada para aquele grupo do qual ele estudou. Então, é esta relação com a sociedade que nós vamos ter que ficar atentos. Se essa relação for positiva, quer dizer, se esse conhecimento voltar para essas parcelas que nós estudamos, nós teremos possibilidade de fazer essa colagem. O conhecimento desenvolvido pode ser instrumento para sociedade. Senão, nós faremos belos livros, belas teses, belos artigos e publicaremos pra nós mesmos.

Entrevista